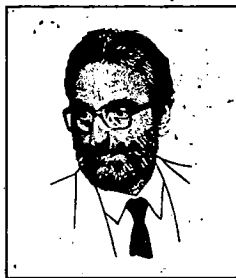


15 SET 1993

# A greve e a autoridade



**O governo foi incapaz até de sustentar no cargo o secretário de Educação**

Parece inegável que, no conjunto da nossa "dívida social", a realidade dramática da escola pública, e dos professores do ensino oficial em especial, ocupa lugar central. Em vista disso, a chamada questão educacional não deveria ser objeto de tergiversação por nossos governantes.

No entanto, infelizmente, é a isso que temos assistido. A postura do governo estadual é exemplar nesse sentido. Foi eleito prometendo fazer da educação uma prioridade. Elaborou, em meio a intenso foguetório, o projeto da "Escola Padrão". Tem gasto bastante em publicidade para tentar induzir a população a crer que esse projeto é bem-sucedido e que o Executivo de fato está cumprindo sua jura eleitoral.

Ora, um dos aspectos mais questionáveis do projeto educacional posto em prática pela administração Fleury é precisamente o de não partir da reversão do vergonhoso pa-

drão salarial dos docentes como pedra angular de sua política. Em vez de trabalhar para superar o arrocho salarial a que está submetido o magistério, o governo sofisma, dizendo que em seu mandato não houve perda salarial. Triste política essa, que se vangloria por manter um piso salarial para os professores que não vai além de 1,5 salário mínimo!

A atual greve do magistério, todavia, fez ruir, como um castelo de cartas o marketing

da política educacional do governo. O fiasco dessa política fica patente inclusive no fato de que ela foi incapaz de sustentar no cargo até mesmo o secretário de Educação, Fernando Moraes.

Os equívocos da conduta governamental diante da greve saltam à vista. Primeiro, porque é ridículo se escudar na máxima autoritária: "Não negocio com grevista" — dizer que não negocia com grevista, quando o holerite dos professores mostra inso-

fismavelmente que o governo não negociou verdadeiramente, antes de a greve eclodir. Em segundo lugar, não adianta o governador flertar com os segmentos mais retrógrados da sociedade, porque, em vez de aplaudir, o povo tem condenado a retomada dos métodos do Carandiru e a brutal repressão que lançou sobre os professores no Palácio dos Bandeirantes.

Como resultado dessa política, que faz demagogia com a educação e insiste em brigar com a realidade, temos o fortalecimento do movimento grevista. Movimento que cresce e, hoje, incorpora os especialistas e os diretores, passando por cima da divisão que as políticas oficiais teimam em tentar cristalizar no interior do magistério.

O governo, porém, posta-se atrás das últimas cortinas de fumaça: em sua gestão, os professores não teriam perda e o Tesouro estadual está com arrecadação em baixa.

Num quadro de inflação superior a 30% ao mês, a tese da ausência de perda salarial, além de perversa, é impotente, porque não enfraquecerá o movimento do magistério. Em segundo lugar, a alegação da queda da arrecadação empalidece bastan-

te ante a ausência de prioridade orçamentária para a área educacional e os generosos perdões e parcelamentos de dívida de ICMS de empresários, inclusive aos que se envolveram na negociata da privatização da Cosipa.

Se o governo quiser demonstrar que não está brincando com o destino de alunos e professores, terá de mudar de conduta. Descambará para mais uma grave demonstração de incúria e de irresponsabilidade social, se pretender humilhar os professores, jogando no cansaço do movimento. O resultado de uma tática dessa natureza será um desastre em dois sentidos: para os "estrategistas oficiais", porque o movimento docente está dando demonstração de que não sucumbirá a manobras desse tipo; e para a sociedade, porque teríamos, com isso, uma manifestação explícita da intenção governamental de prosseguir na linha de liquidação completa da escola pública — o que provocaria a justa indignação e condenação definitiva desta administração pelo povo do nosso Estado.

■ Ivan Valente, deputado estadual (PT-SP), é membro da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa